GENERAL SHOPPING BRASIL S.A.

Companhia Aberta

NIRE 35.300.340.833

CNPJ nº 08.764.621/0001-53

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2012

Índice:

A	INFORMAÇÕES SOBRE O PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES	2
B	MINUTA DO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA.....	8
C	INFORMAÇÕES SOBRE O CANDIDATO A MEMBRO DO CONSELHO FISCAL.....	16

GENERAL SHOPPING BRASIL S.A.

Companhia Aberta

NIRE 35.300.340.833

CNPJ nº 08.764.621/0001-53

A INFORMAÇÕES SOBRE O PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

(CONFORME O ANEXO 13 À INSTRUÇÃO CVM N.º 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009)

1. Fornecer cópia do plano proposto

Minuta do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano”) encontra-se na Seção B desta Proposta da Administração.

2. Informar as principais características do plano proposto, identificando:

(a) Potenciais beneficiários

Poderão se eleitos como beneficiários do Plano os administradores, empregados ou pessoas físicas prestadoras de serviços da Companhia e de suas sociedades controladas (“Beneficiários”).

(b) Número máximo de opções a serem outorgadas

A outorga de opções com base no Plano deverá respeitar sempre o limite máximo de 7% (sete por cento) do total de ações do capital social da Companhia, computando-se nesse cálculo todas as ações objeto das opções já outorgadas no âmbito do Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas e não exercidas.

(c) Número máximo de ações abrangidas pelo Plano

Vide item 2.b. acima.

(d) Condições de aquisição

Salvo decisão em contrário do Conselho de Administração por ocasião da outorga das

opções, o exercício da opção outorgada nos termos do Plano ficará sujeito ao cumprimento dos seguintes períodos de carência (“Vestings”):

(a) 10% (dez por cento) do total da opção poderá ser exercido ao final de 12 (doze) meses a contar da Data da Outorga;

(b) 15% (quinze por cento) do total da opção poderá ser exercido ao final de 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data da Outorga;

(c) 25% (vinte e cinco por cento) do total da opção poderá ser exercido ao final de 36 (trinta e seis) meses a contar da Data da Outorga;

(d) 25% (vinte e cinco por cento) do total da opção poderá ser exercido ao final de 48 (quarenta e oito) meses a contar da Data da Outorga; e

(e) 25% (vinte e cinco por cento) do total da opção poderá ser exercido ao final de 60 (sessenta) meses a contar da Data da Outorga.

Para os efeitos do Plano, considera-se “Data da Outorga” a data de assinatura de cada Contrato.

(e) Critérios pormenorizados para fixação do preço de exercício

O preço de exercício será determinado pelo Conselho de Administração a seu exclusivo critério (“Preço de Exercício”).

O Conselho de Administração poderá determinar nos respectivos contratos de opção que o Preço de Exercício seja acrescido de correção monetária calculada com base na variação de um índice de preços a ser determinado nos respectivos contratos de opção.

(f) Critérios para fixação do prazo de exercício

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos contratos de opção, as opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos Beneficiários permanecerem vinculados como administradores, empregados ou pessoas físicas prestadoras de serviços da Companhia e de suas sociedades controladas, conforme o caso,

após decurso do seu respectivo prazo de carência, conforme item 2.d desta Proposta.

Ressalvados os casos de dispensa sem Justa Causa, falecimento, pedido de demissão do Beneficiário, aposentadoria ou invalidez permanente do Beneficiário, caso as opções não sejam exercidas em até 24 (vinte e quatro) meses após a data do cumprimento de cada um dos *Vestings* referidos no item 2.d desta Proposta, o Beneficiário perderá o direito ao exercício das respectivas opções, observado o disposto no Plano.

(g) Forma de liquidação de opções

As opções serão liquidadas mediante a entrega de ações de emissão da Companhia. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou alienar ações mantidas em tesouraria.

(h) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

Suspensão: Não há previsão de suspensão do Plano.

Alteração:

(i) Os *Vestings* poderão ser antecipados, a critério do Conselho de Administração da Companhia, nas hipóteses de mudança de Controle da Companhia, tendo “Controle” o significado disposto no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

(ii) O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, sempre observado o disposto no Plano, prorrogar, mas nunca reduzir, o prazo final fixado nos respectivos Contratos para o exercício das opções vigentes, exceto conforme permitido no Plano.

Extinção do Plano: Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, o Plano terminará e qualquer opção até então concedida extinguir-se-á, a não ser que, em conexão com tal operação (quando cabível), estabeleça-se por escrito a permanência do Plano e a assunção das opções até então concedidas com a substituição de tais opções por

novas opções, assumindo a Companhia sucessora ou sua afiliada ou subsidiária os ajustamentos apropriados no número e preço de ações, caso em que o Plano continuará na forma então prevista.

Extinção das Opções:

(i) Salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração, no caso de dispensa por Justa Causa (conforme definido no Plano), caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, ainda que cumprido o *Vesting*.

(ii) Salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração, nas hipóteses de dispensa sem Justa Causa, pedido de demissão do Beneficiário, falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do Beneficiário, serão observadas as seguintes disposições:

(a) caso já tenha(m) sido cumprido(s) integralmente o(s) *Vesting(s)* na forma estabelecida pelo respectivo Contrato, o Beneficiário ou seu(s) sucessor(es), no caso de falecimento, poderá(ão) exercer a(s) opção(ões) no prazo de 30 (trinta) dias contado do respectivo evento; e

(b) caso não tenha(m) sido cumprido(s) o(s) *Vesting(s)* na forma estabelecida pelo respectivo Contrato, o Beneficiário ou seu(s) sucessor(es), no caso de falecimento, perderá(ão) o direito de exercer a(s) opção(ões) sem nenhuma indenização.

O prazo previsto no item “ii.a” acima não será aplicável aos Beneficiários membros do Conselho de Administração que tenham cumprido integral e satisfatoriamente o mandato inicial para o qual foram eleitos. Neste caso, o Beneficiário poderá exercer a(s) opção(ões) no prazo de até 2 (dois) anos após o término de seu mandato.

3. Justificar o plano proposto, explicando:

(a) Os principais objetivos do plano

Os objetivos do Plano são:

(a) Estimular a expansão da Companhia e o atendimento das metas empresariais

estabelecidas, mediante a criação de incentivos para a integração dos administradores, empregados ou pessoas físicas prestadoras de serviços da Companhia com seus acionistas;

(b) Possibilitar à Companhia atrair e manter seus administradores, empregados ou pessoas físicas prestadoras de serviços, oferecendo-lhes, como vantagem adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, nos termos, condições e formas previstos neste Plano;

(c) Promover o bom desempenho da Companhia e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo por parte de seus administradores, empregados ou pessoas físicas prestadoras de serviços; e

(d) Proporcionar aos administradores, empregados ou pessoas físicas prestadoras de serviços uma participação no desenvolvimento da Companhia, alinhando os seus interesses com os interesses dos acionistas.

(b) A forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os administradores, empregados ou pessoas físicas prestadoras de serviços se tornem nossos acionistas em [condições potencialmente diferenciadas], esperamos que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos estratégicos e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros. Adicionalmente, esperamos que o modelo adotado seja eficaz como mecanismo de retenção de nossos administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações de nossa emissão.

(c) Como o plano se insere na política de remuneração da companhia

O Plano faz parte da estratégia de retenção dos administradores, empregados ou pessoas físicas prestadoras de serviços, com o compromisso destes na geração de valor à Companhia e aos acionistas.

(d) Como o plano alinha os interesses dos beneficiários e da companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano busca fortalecer a retenção dos administradores, empregados ou pessoas físicas prestadoras de serviços, o compromisso dos mesmos em gerar valor e resultados sustentáveis para a Companhia no curto, médio e longo prazo.

4. Estimar as despesas da companhia decorrentes do plano, conforme as regras contábeis que tratam desse assunto

Atualmente, não é possível estimar as despesas da Companhia decorrentes do Plano, uma vez que parâmetros de outorga das opções, tais como a quantidade de Beneficiários e de ações de emissão da Companhia, bem como o Preço de Exercício, serão apenas aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia futuramente, por ocasião da outorga das opções.

GENERAL SHOPPING BRASIL S.A.

Companhia Aberta

NIRE 35.300.340.833

CNPJ nº 08.764.621/0001-53

B MINUTA DO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA

**PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES
DA GENERAL SHOPPING BRASIL S.A**

CNPJ/MF nº 08.764.621/0001-53

NIRE 35.300.340.833

CLÁUSULA 1. OBJETIVOS DA OUTORGA DE OPÇÕES

1.1 Os objetivos do Plano de Opção de Compra de Ações da **GENERAL SHOPPING BRASIL S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, 2.466, 22º andar, conjunto 221, Cerqueira César, CEP 01228-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.764.621/0001-53 (“Companhia”), instituído nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) (o “Plano”), são:

(e) Estimular a expansão da Companhia e o atendimento das metas empresariais estabelecidas, mediante a criação de incentivos para a integração dos administradores, empregados ou pessoas físicas prestadoras de serviços da Companhia com seus acionistas;

(f) Possibilitar à Companhia atrair e manter seus administradores, empregados ou pessoas físicas prestadoras de serviços, oferecendo-lhes, como vantagem adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, nos termos, condições e formas previstos neste Plano;

(g) Promover o bom desempenho da Companhia e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo por parte de seus administradores, empregados ou pessoas físicas prestadoras de serviços; e

(h) Proporcionar aos administradores, empregados ou pessoas físicas prestadoras de serviços uma participação no desenvolvimento da Companhia, alinhando os seus interesses com os interesses dos acionistas.

1.2 São elegíveis para participar do Plano os administradores, empregados ou pessoas físicas prestadoras de serviços da Companhia e de suas sociedades controladas (“Beneficiários”).

CLÁU SULA 2. AÇÕES INCLUÍDAS NO PLANO

2.1 A outorga de opções com base neste Plano deve respeitar sempre o limite máximo de 7% (sete por cento) do total de ações do capital social da Companhia, computando-se nesse cálculo todas as ações objeto das opções já outorgadas no âmbito deste Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas e não exercidas.

2.2 Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado mediante aprovação do Conselho de Administração da Companhia, também poderão ser oferecidas ações existentes em tesouraria, de acordo com a legislação aplicável.

2.3 Os acionistas, nos termos do que dispõe o artigo 171, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão preferência em virtude da outorga ou do exercício de opções de compra de ações originárias do Plano.

CLÁU SULA 3. ADMINISTRAÇÃO DO PLANO

3.1 O Plano será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia.

3.2 O Conselho de Administração da Companhia terá amplos poderes, respeitados os termos do Plano, para organizar e administrar o Plano e os Contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações outorgados no âmbito deste Plano (“Contratos”).

3.2.1 Não obstante o disposto no item 3.2 acima, nenhuma decisão do Conselho de Administração da Companhia poderá, excetuados os ajustes permitidos pelo Plano, (i) alterar ou prejudicar quaisquer direitos ou obrigações previstos em Contratos que venham a ser assinados no âmbito deste Plano sem o consentimento do Beneficiário ou (ii) aumentar o limite total das ações que possam ser conferidas pelo exercício de opções outorgadas.

3.3 O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, sempre observado o disposto no item 3.2.1 acima, (i) estabelecer as regras aplicáveis aos casos omissos neste Plano; (ii) estabelecer eventuais restrições à transferência das ações resultantes do exercício das opções; e (iii) prorrogar, mas nunca reduzir, o prazo final fixado nos respectivos Contratos para o exercício das opções vigentes, exceto conforme permitido neste Plano.

CLÁUSULA 4. TERMOS E CONDIÇÕES DAS OPÇÕES

4.1 O Conselho de Administração da Companhia definirá os Beneficiários, o número total de ações da Companhia objeto de outorga, a divisão da outorga em lotes, se for o caso, o preço de exercício, observado o disposto na Cláusula 5 abaixo, eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção e eventuais disposições sobre penalidades, sempre observando as diretrizes gerais previstas neste Plano.

4.2 O Conselho de Administração da Companhia fixará os termos e as condições de cada opção nos respectivos Contratos, a serem celebrados entre a Companhia e cada Beneficiário. O Contrato definirá o número e a espécie de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção e quaisquer outros termos e condições, sempre observando as diretrizes gerais previstas neste Plano.

4.3 Nenhuma ação será entregue ao Beneficiário em decorrência do exercício da opção a não ser que todas as exigências legais, estatutárias, contratuais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

4.4 Ao Beneficiário não são conferidos quaisquer direitos com respeito à manutenção de vínculo contratual com a Companhia e a outorga da opção no âmbito do Plano não interferirá, de qualquer modo, com os direitos de a Companhia interromper a

qualquer tempo o contrato de serviço com o Beneficiário.

4.5 A partir do momento da subscrição ou aquisição efetiva das ações resultantes do exercício das opções e, ultrapassado o período de restrições à transferência das mesmas, se for o caso, o Beneficiário terá todos os direitos e privilégios inerentes à condição de acionista previstos em lei e no Estatuto Social da Companhia.

CLÁU SULA 5. PREÇO DE EXERCÍCIO

5.1 O preço de exercício será determinado pelo Conselho de Administração a seu exclusivo critério (“Preço de Exercício”).

5.2 O Conselho de Administração poderá determinar nos respectivos Contratos que o Preço de Exercício seja acrescido de correção monetária calculada com base na variação de um índice de preços a ser determinado nos respectivos Contratos.

5.3 O preço de exercício será pago pelos Beneficiários à Companhia à vista, no ato da aquisição ou da subscrição, na forma determinada pelo Conselho de Administração da Companhia para cada Contrato.

CLÁU SULA 6. EXERCÍCIO DA OPÇÃO

6.1 Salvo decisão em contrário do Conselho de Administração por ocasião da outorga das opções, o exercício da opção outorgada nos termos deste Plano ficará sujeito ao cumprimento dos seguintes períodos de carência (“Vestings”):

(a) 10% (dez por cento) do total da opção poderá ser exercido ao final de 12 (doze) meses a contar da Data da Outorga;

(b) 15% (quinze por cento) do total da opção poderá ser exercido ao final de 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data da Outorga;

(c) 25% (vinte e cinco por cento) do total da opção poderá ser exercido ao final de 36 (trinta e seis) meses a contar da Data da Outorga;

(d) 25% (vinte e cinco por cento) do total da opção poderá ser exercido ao

final de 48 (quarenta e oito) meses a contar da Data da Outorga; e

(e) 25% (vinte e cinco por cento) do total da opção poderá ser exercido ao final de 60 (sessenta) meses a contar da Data da Outorga.

6.2 Para os efeitos deste Plano, considera-se “Data da Outorga” a data de assinatura de cada Contrato.

6.3 Sujeito ao disposto nas Cláusulas 7 e 8 abaixo, caso as opções não sejam exercidas em até 24 (vinte e quatro) meses após a data do cumprimento de cada um dos *Vestings* acima referidos, o Beneficiário perderá o direito ao exercício das respectivas opções, salvo no caso de prazo final para exercício fixado de maneira distinta no Contrato, e sempre respeitado o disposto na Cláusula 3.3(iii) acima.

6.4 Os *Vestings* poderão ser antecipados, a critério do Conselho de Administração da Companhia, nas hipóteses de mudança de Controle da Companhia, tendo “Controle” o significado disposto no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

6.5 Os Beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas em geral, condição que deverá estar prevista em cada Contrato.

CLÁUSULA 7. DISPENSA POR JUSTA CAUSA

7.1 Salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração, no caso de dispensa por Justa Causa caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, ainda que cumprido o *Vesting*.

7.1.1 Para fins deste Plano considera-se como “Justa Causa” a violação a deveres e responsabilidades previstos na legislação aplicável, no Estatuto Social da Companhia, neste Plano e no Contrato, bem como os previstos na legislação trabalhista, na hipótese do Beneficiário ser empregado.

CLÁUSULA 8. DISPENSA SEM JUSTA CAUSA, FALECIMENTO, PEDIDO DE DEMISSÃO DO BENEFICIÁRIO, APOSENTADORIA OU INVALIDEZ PERMANENTE DO BENEFICIÁRIO.

8.1 Salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração, nas hipóteses de dispensa sem Justa Causa, pedido de demissão do Beneficiário, falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do Beneficiário, serão observadas as seguintes disposições:

(a) caso já tenha(m) sido cumprido(s) integralmente o(s) *Vesting(s)* na forma estabelecida pelo respectivo Contrato, o Beneficiário ou seu(s) sucessor(es), no caso de falecimento, poderá(ão) exercer a(s) opção(ões) no prazo de 30 (trinta) dias contado do respectivo evento; e

(b) caso não tenha(m) sido cumprido(s) o(s) *Vesting(s)* na forma estabelecida pelo respectivo Contrato, o Beneficiário ou seu(s) sucessor(es), no caso de falecimento, perderá(ão) o direito de exercer a(s) opção(ões) sem nenhuma indenização.

8.2 O prazo previsto na Cláusula 8.1(a) acima não será aplicável aos Beneficiários membros do Conselho de Administração que tenham cumprido integral e satisfatoriamente o mandato inicial para o qual foram eleitos. Neste caso, o Beneficiário poderá exercer a(s) opção(ões) no prazo de até 2 (dois) anos após o término de seu mandato.

CLÁUSULA 9. AJUSTAMENTOS

9.1 Se o número de ações existentes da Companhia for aumentado ou diminuído como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão feitos ajustamentos apropriados (i) no limite máximo do Plano, conforme estipulado no item 2.1 acima e (ii) no número de ações objeto de outorga de opções não exercidas.

9.1.2 Quaisquer ajustamentos nas opções serão feitos sem mudança no valor de compra do total aplicável à parcela não exercida da opção, mas com ajustamento correspondente ao Preço de Exercício.

9.2 Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, o Plano terminará e qualquer opção até então concedida extinguir-se-á, a não ser que, em conexão com tal operação (quando cabível), estabeleça-se por escrito a permanência do Plano e a assunção das opções até então concedidas com a substituição de tais opções por novas opções, assumindo a Companhia sucessora ou sua afiliada ou subsidiária os

ajustamentos apropriados no número e preço de ações, caso em que o Plano continuará na forma então prevista.

9.3 Os ajustamentos segundo as condições do item 9.2 acima serão feitos pelo Conselho de Administração e tal decisão será definitiva e obrigatória. Nenhuma fração de ações será vendida ou emitida em razão de qualquer desses ajustamentos.

CLÁUSULA 10. OBRIGAÇÕES COMPLEMENTARES

10.1 Adesão. A assinatura do Contrato implicará a expressa aceitação de todos os termos do Plano pelo Beneficiário, os quais se obriga plena e integralmente a cumprir.

10.2 Cessão. Os direitos e obrigações decorrentes do Plano e do Contrato não poderão ser cedidos ou transferidos, no todo ou em parte, por qualquer das partes, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra parte.

10.3 Novação. Fica expressamente convencionado que não constituirá novação a abstenção de qualquer das partes do exercício de qualquer direito, poder, recurso ou faculdade assegurado por lei, pelo Plano ou pelo Contrato, nem a eventual tolerância de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações por qualquer das partes, que não impedirão que a outra parte, a seu exclusivo critério, venha a exercer a qualquer momento esses direitos, poderes, recursos ou faculdades, os quais são cumulativos e não excludentes em relação aos previstos em lei.

10.4 Solução de Disputas. O Beneficiário, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho de Administração e membros dos comitês técnicos e consultivos obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas neste Plano, nos Contratos, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editada pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato

de Participação no Novo Mercado.

* * *

GENERAL SHOPPING BRASIL S.A.

Companhia Aberta

NIRE 35.300.340.833

CNPJ nº 08.764.621/0001-53

C INFORMAÇÕES SOBRE O CANDIDATO A MEMBRO DO CONSELHO FISCAL¹

(CONFORME ITENS 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA ICVM 480/09)

12.6. Informações sobre o candidato a membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia:

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ser ocupado	Data prevista para eleição	Data prevista para posse	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidos na Companhia	Indicação pelo controlador ou não
Dirceu Henrique Trilha	66	Contabilista	059.856.508-63	Membro Suplente do Conselho Fiscal	22/11/2012	22/12/2012	Até Assembleia Geral Ordinária de 2013	Nenhum	Sim

12.7. É membro de algum comitê estatutário, bem como comitê de auditoria, comitê de risco, comitê financeiro e/ou comitê de remuneração:

Não existe nenhum comitê implementado no momento.

12.8. Informações complementares do candidato:

(a) currículo, contendo as seguintes informações: (i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e

¹ Se eleito, o candidato ora apresentado passará a ser suplente da Sra. Camila Satin Briola no Conselho Fiscal da Companhia, e o Sr. Antonio Carlos Pereira Fernandes Lopes permanecerá como suplente exclusivo do Sr. Paulo Alves das Flores.

funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram destacando as sociedades ou organizações que integram (i.1) o grupo econômico da Companhia, ou (i.2) de sócios com participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia; (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Sócio-Contador da Organização Contábil Yara S/S; Atuou como Contador em empresas de sociedade limitada e entidades do terceiro setor, tais como: Hospital Stella Maris (Hospitalar); Magic Toys Ltda (Indústria de Brinquedos); VMP Embalagens Ltda (Indústria de embalagens); Contene Industria de Utilidades Domésticas Ltda; Itaúara Premoldados Ltda (Indústria de Premoldados para Construção Civil); Santa Casa de Santa Isabel (Hospitalar); Magazine Mundial Ltda (Comércio Varejista de Calçados e Vestuário) e Citromax Essências Ltda (Indústria de Essências).

Não ocupa e não ocupou cargos de administração em companhias abertas.

(b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 cinco anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não ocorreu nenhum evento desta natureza.

12.9 Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre:

(a) o candidato e os administradores da Companhia.

Não existe.

(b) o candidato e os administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia.

Não existe.

(c) o candidato e os controladores diretos ou indiretos da Companhia.

Não existe.

(d) o candidato e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Não existe.

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o candidato e:

(a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia.

Não existe.

(b) controlador direto ou indireto da Companhia.

Não existe.

(c) fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes.

Não existe.